

Aula 17

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

07 de Julho de 2025

Índice

1) Simulado - Lei 13869_2019 - Abuso de Autoridade - ME	3
2) Simulado - Lei 7716_1989 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor - ME	13
3) Simulado - Lei 8072_1990 - Crimes Hediondos - ME	22



SIMULADO I

Simulado I	1
Introdução.....	1
Questões Inéditas	2
Gabarito	4
Questões Comentadas	4

INTRODUÇÃO

Olá!

Este Simulado contempla questões inéditas sobre os seguintes conteúdos:

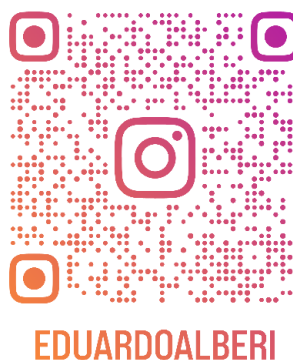
- **Lei n. 13.869/2019 - Abuso de Autoridade**

Recomendo **resolver todas as questões** propostas e **só depois consultar** o gabarito e comentários.
Faça o simulado em um ambiente tranquilo, de modo que possa fazer de uma só vez, **sem interrupções**.

Pronto para testar seu conhecimento!?

Prof. Eduardo Alberi

Me siga no Instagram  @eduardoalberi



QUESTÕES INÉDITAS

Lei n. 13.869/2019 - Abuso de Autoridade

1. De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade, para que a conduta seja considerada crime, é necessário que:

- a) O agente tenha descumprido qualquer regra administrativa.
- b) A interpretação equivocada da lei seja manifestamente contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- c) O agente atue com a finalidade específica de prejudicar, beneficiar ou por mero capricho ou satisfação pessoal.
- d) O agente atue por erro grosseiro na análise dos fatos.
- e) O agente cometa infração culposa.

2. Em relação aos sujeitos ativos dos crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas servidores públicos federais podem ser sujeitos ativos.
- b) Apenas membros do Poder Executivo e Judiciário respondem pelos crimes da Lei nº 13.869/2019.
- c) Qualquer agente público, mesmo sem remuneração, pode ser sujeito ativo.
- d) Apenas policiais civis e militares respondem por abuso de autoridade.
- e) Só os membros do Ministério Público respondem por crimes previstos na lei.

3. A condenação por crime de abuso de autoridade pode ter como efeito:

- a) A fixação de valor mínimo para reparação de danos ao ofendido, mediante requerimento.
- b) A perda automática do cargo ou mandato.
- c) A suspensão automática dos direitos políticos.
- d) A aplicação automática da pena de multa administrativa.
- e) A exclusão definitiva do serviço público, independentemente da reincidência.



4. Segundo a Lei de Abuso de Autoridade, sobre a pena de suspensão do exercício da função pública, é correto afirmar que:

- a) A pena de suspensão pode durar até dois anos.
- b) A pena de suspensão sempre será aplicada cumulativamente com multa.
- c) A pena de suspensão varia de 1 mês a 6 meses.
- d) A pena de suspensão depende de reincidência para ser aplicada.
- e) A pena de suspensão gera exoneração automática.

5. Assinale a alternativa que descreve corretamente uma conduta típica da Lei nº 13.869/2019:

- a) Deixar de comunicar prisão em flagrante no prazo legal.
- b) Revogar medida protetiva deferida pelo juiz.
- c) Instaurar sindicância com base em denúncia anônima.
- d) Afastar preventivamente agente público sob investigação.
- e) Interpretar norma penal em favor do réu.

6. Constitui crime de abuso de autoridade:

- a) Submeter o preso a interrogatório em horário diurno, sem consentimento.
- b) Permitir ao advogado conversar com o preso durante audiência.
- c) Submeter preso a interrogatório durante o repouso noturno, sem flagrante e sem consentimento.
- d) Manter preso sem audiência de custódia no prazo legal.
- e) Revogar a prisão preventiva diante da ausência de requisitos.

7. De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade, a realização de busca domiciliar sem mandado judicial e sem situação de flagrante delito:

- a) Não configura crime se houver denúncia anônima.
- b) Configura crime, salvo nos casos de flagrante ou desastre.
- c) Depende da autorização do Ministério Público para ser crime.



- d) Só configura infração disciplinar, não crime.
- e) Pode ser realizada livremente em locais públicos.

8. Configura crime de abuso de autoridade:

- a) Adiar audiência por motivo de força maior.
- b) Decretar indisponibilidade de bens em quantia muito superior ao débito e, após provocação, não reduzir o valor.
- c) Indeferir prova testemunhal irrelevante ao processo.
- d) Interromper audiência para esclarecimentos técnicos.
- e) Indeferir pedido de liberdade sem manifestação prévia do MP.

GABARITO

1. Letra C	2. Letra C	3. Letra A	4. Letra C	5. Letra A
6. Letra C	7. Letra B	8. Letra B		

QUESTÕES COMENTADAS

Lei n. 13.869/2019 - Abuso de Autoridade

1. De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade, para que a conduta seja considerada crime, é necessário que:

- a) O agente tenha descumprido qualquer regra administrativa.
- b) A interpretação equivocada da lei seja manifestamente contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- c) O agente atue com a finalidade específica de prejudicar, beneficiar ou por mero capricho ou satisfação pessoal.



d) O agente atue por erro grosseiro na análise dos fatos.

e) O agente cometa infração culposa.

Comentários:

Letra A – Incorreta. Nem toda infração administrativa caracteriza crime de abuso de autoridade.

Letra B – Incorreta. A divergência de interpretação da lei não configura, por si só, abuso de autoridade.

Letra C – Correta. O art. 1º, §1º da Lei exige **finalidade específica** para a configuração do crime de abuso de autoridade.

Letra D – Incorreta. O erro grosseiro pode ensejar responsabilização administrativa ou civil, mas não caracteriza o tipo penal de abuso de autoridade automaticamente.

Letra E – Incorreta. Os crimes da lei exigem **dolo específico**, e não mera culpa.

Art. 1º, §1º da Lei nº 13.869/2019: "As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas com a finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal."

Gabarito: Letra C

2. Em relação aos sujeitos ativos dos crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta:

a) Apenas servidores públicos federais podem ser sujeitos ativos.

b) Apenas membros do Poder Executivo e Judiciário respondem pelos crimes da Lei nº 13.869/2019.

c) Qualquer agente público, mesmo sem remuneração, pode ser sujeito ativo.

d) Apenas policiais civis e militares respondem por abuso de autoridade.

e) Só os membros do Ministério Público respondem por crimes previstos na lei.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A lei alcança agentes de todos os entes federativos, não só federais.

Letra B – Incorreta. Alcança também membros do Legislativo, do Ministério Público e dos tribunais de contas.



Letra C – Correta. O conceito de agente público abrange **qualquer pessoa** que exerça função pública, mesmo **sem remuneração**.

Letra D – Incorreta. Não são apenas policiais que respondem pelos crimes.

Letra E – Incorreta. Não é exclusividade do Ministério Público.

Art. 2º, parágrafo único da Lei nº 13.869/2019: "Reputa-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função pública."

Gabarito: Letra C

3. A condenação por crime de abuso de autoridade pode ter como efeito:

- a) A fixação de valor mínimo para reparação de danos ao ofendido, mediante requerimento.
- b) A perda automática do cargo ou mandato.
- c) A suspensão automática dos direitos políticos.
- d) A aplicação automática da pena de multa administrativa.
- e) A exclusão definitiva do serviço público, independentemente da reincidência.

Comentários:

Letra C – Correta. Um dos efeitos da condenação é **tornar certa a obrigação de indenizar**, se houver requerimento do ofendido.

Letra A – Incorreta. A perda do cargo **não é automática** e exige reincidência em crime de abuso.

Letra B – Incorreta. Não há previsão de suspensão automática dos direitos políticos.

Letra D – Incorreta. Não há multa administrativa automática prevista como efeito da condenação.

Letra E – Incorreta. A exclusão definitiva do serviço público depende de requisitos específicos, como reincidência.

Art. 4º, I da Lei nº 13.869/2019: "São efeitos da condenação: I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar valor mínimo para reparação."

Gabarito: Letra A



4. Segundo a Lei de Abuso de Autoridade, sobre a pena de suspensão do exercício da função pública, é correto afirmar que:

- a) A pena de suspensão pode durar até dois anos.
- b) A pena de suspensão sempre será aplicada cumulativamente com multa.
- c) A pena de suspensão varia de 1 mês a 6 meses.
- d) A pena de suspensão depende de reincidência para ser aplicada.
- e) A pena de suspensão gera exoneração automática.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A suspensão máxima é de **6 meses**, não dois anos.

Letra B – Incorreta. A pena de suspensão pode ser aplicada **autonomamente**.

Letra C – Correta. A suspensão do exercício do cargo varia de **1 a 6 meses**, sem recebimento de vencimentos.

Letra D – Incorreta. A pena de suspensão **não depende de reincidência**.

Letra E – Incorreta. A suspensão não implica exoneração automática.

Art. 5º, II da Lei nº 13.869/2019: "Suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens."

Gabarito: Letra C

5. Assinale a alternativa que descreve corretamente uma conduta típica da Lei nº 13.869/2019:

- a) Deixar de comunicar prisão em flagrante no prazo legal.
- b) Revogar medida protetiva deferida pelo juiz.
- c) Instaurar sindicância com base em denúncia anônima.
- d) Afastar preventivamente agente público sob investigação.
- e) Interpretar norma penal em favor do réu.

Comentários:



Letra A – Correta. Deixar de comunicar a prisão em flagrante no prazo legal é conduta típica, prevista no art. 12.

Letra B – Incorreta. A revogação de medida protetiva pode ser legítima, não configurando abuso.

Letra C – Incorreta. A instauração de sindicância com base em denúncia anônima pode ser legítima, se verificada a verossimilhança.

Letra D – Incorreta. O afastamento preventivo pode ser legalmente previsto em algumas situações.

Letra E – Incorreta. Interpretar norma penal em favor do réu é dever do julgador, não crime.

Art. 12 da Lei nº 13.869/2019: "Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal."

Gabarito: Letra A

6. Constitui crime de abuso de autoridade:

- a) Submeter o preso a interrogatório em horário diurno, sem consentimento.
- b) Permitir ao advogado conversar com o preso durante audiência.
- c) Submeter preso a interrogatório durante o repouso noturno, sem flagrante e sem consentimento.
- d) Manter preso sem audiência de custódia no prazo legal.
- e) Revogar a prisão preventiva diante da ausência de requisitos.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A prática de interrogatório em horário diurno é a regra e não configura abuso.

Letra B – Incorreta. Garantir comunicação com advogado é direito do preso.

Letra C – Correta. Interrogar preso durante o **repouso noturno** sem flagrante ou sem consentimento é crime (art. 18).

Letra D – Incorreta. A ausência de audiência de custódia enseja responsabilidade, mas não corresponde exatamente ao tipo penal do art. 18.

Letra E – Incorreta. Revogar prisão preventiva diante da ausência de requisitos é dever do juiz.



Art. 18 da Lei nº 13.869/2019: "Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante ou consentido."

Gabarito: Letra C

7. De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade, a realização de busca domiciliar sem mandado judicial e sem situação de flagrante delito:

- a) Não configura crime se houver denúncia anônima.
- b) Configura crime, salvo nos casos de flagrante ou desastre.
- c) Depende da autorização do Ministério Público para ser crime.
- d) Só configura infração disciplinar, não crime.
- e) Pode ser realizada livremente em locais públicos.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A denúncia anônima não autoriza ingresso domiciliar sem mandado.

Letra B – Correta. A entrada sem mandado é permitida apenas nas hipóteses de flagrante delito, desastre ou prestação de socorro. Fora disso, configura crime.

Letra C – Incorreta. Não depende de autorização do MP para configuração do crime.

Letra D – Incorreta. A lei tipifica expressamente o abuso como crime.

Letra E – Incorreta. O ingresso ilegal refere-se a imóveis, e não locais públicos.

Art. 22, §2º da Lei nº 13.869/2019: "Não haverá crime se o ingresso for para prestar socorro ou quando houver flagrante delito."

Gabarito: Letra B

8. Configura crime de abuso de autoridade:

- a) Adiar audiência por motivo de força maior.
- b) Decretar indisponibilidade de bens em quantia muito superior ao débito e, após provocação, não reduzir o valor.
- c) Indeferir prova testemunhal irrelevante ao processo.
- d) Interromper audiência para esclarecimentos técnicos.



e) Indeferir pedido de liberdade sem manifestação prévia do MP.

Comentários:

Letra A – Incorreta. Adiar audiência por motivo legítimo não caracteriza abuso.

Letra B – Correta. Decretar indisponibilidade excessiva e não reduzir após provocação caracteriza crime, conforme art. 36.

Letra C – Incorreta. Indeferir prova irrelevante é legítimo.

Letra D – Incorreta. A interrupção da audiência para esclarecimento técnico não é ilegal.

Letra E – Incorreta. A decisão pode ser proferida sem manifestação prévia do MP em casos urgentes, conforme o sistema processual.

Art. 36 da Lei nº 13.869/2019: "Decretar indisponibilidade de ativos em quantia exagerada e, diante da provocação, não reduzi-la."

Gabarito: Letra B

▪



SIMULADO I

Simulado I	1
Introdução.....	1
Questões Inéditas	2
Gabarito	4
Questões Comentadas	4

INTRODUÇÃO

Olá!

Este Simulado contempla questões inéditas sobre os seguintes conteúdos:

- Lei n. 7716/89 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor

Recomendo **resolver todas as questões** propostas e **só depois consultar** o gabarito e comentários.

Faça o simulado em um ambiente tranquilo, de modo que possa fazer de uma só vez, **sem interrupções**.

Pronto para testar seu conhecimento!?

Prof. Eduardo Alberi

Me siga no Instagram  @eduardoalberi



QUESTÕES INÉDITAS

Lei n. 7716/89 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor

1. João, funcionário público, no exercício de sua função, injuriou um cidadão com expressões ofensivas referentes à cor da pele. Considerando a legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- a) O crime configura apenas abuso de autoridade, sendo a Lei nº 7.716/1989 inaplicável.
- b) Trata-se de injúria simples, sem qualquer agravamento legal.
- c) João responderá por injúria racial, com pena agravada por ser funcionário público no exercício da função.
- d) O fato é atípico, pois se trata de crítica infundada.
- e) O crime é de menor potencial ofensivo e comporta transação penal.

2. Durante um evento esportivo, um torcedor profere ofensas raciais a um jogador adversário. Com base na Lei nº 7.716/1989, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta caracteriza apenas contravenção penal.
- b) O agente responderá por injúria simples.
- c) A pena do crime será aumentada e haverá proibição de frequência a eventos esportivos.
- d) Trata-se de caso exclusivo da Justiça Desportiva.
- e) O crime é anistiável e prescritível em cinco anos.

3. Segundo a Lei nº 7.716/1989, é possível a suspensão do funcionamento de estabelecimento particular condenado por crime de racismo?

- a) Sim, por até 6 meses.
- b) Sim, por até 3 meses.
- c) Não, pois a pena é sempre pecuniária.
- d) Sim, mas somente se houver reincidência.
- e) Não, pois a sanção não está prevista na Lei.

4. Um agente de segurança impede que determinada pessoa utilize o elevador social de um prédio residencial em razão de sua origem étnica. A conduta se enquadra como:

- a) Impedimento de acesso às entradas sociais, tipificado como crime de racismo.



- b) Injúria racial.
- c) Preconceito de origem nacional, sem previsão na Lei nº 7.716/1989.
- d) Discriminação social, punida pela Lei nº 12.288/2010.
- e) Ato administrativo nulo, mas não configura crime.

5. Durante confraternização empresarial de fim de ano, um funcionário realiza "brincadeiras" com outro colaborador, utilizando expressões de cunho racista e estereótipos étnicos em tom de "piada", sob a justificativa de que estava apenas tentando animar o ambiente. Com base na Lei nº 7.716/1989, essa conduta:

- a) Não configura crime, pois foi praticada em contexto informal e sem intenção ofensiva.
- b) Caracteriza crime de injúria racial com pena agravada, por ter sido cometido em evento coletivo e com intuito de recreação.
- c) Não será punida se houver retratação pública do agente.
- d) Pode ser punida apenas se a vítima apresentar representação criminal.
- e) É punível apenas administrativamente, sem sanções penais específicas.

6. Em rede social, um influenciador digital publica vídeo no qual faz comentários depreciativos generalizados sobre determinada religião de matriz africana, incitando seguidores a evitarem contato com seus praticantes. À luz da Lei nº 7.716/1989, tal conduta:

- a) É protegida pela liberdade de expressão e, portanto, não configura crime.
- b) Caracteriza apenas discurso de ódio, sem tipicidade penal.
- c) Configura crime de incitação à discriminação religiosa, com pena aumentada por ter sido praticado por meio de rede social.
- d) Apenas será punida se causar dano concreto à honra subjetiva de alguém.
- e) Não há previsão legal para punição de condutas em ambientes virtuais.

7. Um candidato aprovado em concurso público é impedido de tomar posse sob justificativa velada de que sua origem é de país estrangeiro. Posteriormente, descobre-se que outro candidato, com pontuação inferior, foi nomeado no mesmo cargo. Diante do caso, de acordo com a Lei nº 7.716/1989:

- a) A conduta é regular, pois a Administração Pública pode exercer discricionariedade em nomeações.
- b) A conduta é meramente administrativa, não alcançada pelo Direito Penal.
- c) Trata-se de injúria racial e não tem tipificação própria na Lei nº 7.716/1989.



- d) O crime só se configura se o impedimento for formalizado por escrito.
- e) A conduta configura crime de obstrução de acesso a cargo público por preconceito de procedência nacional.

8. Em uma ação penal em curso por discriminação racial em rede social, o juiz determina, antes mesmo do início do inquérito policial, a retirada imediata de vídeos e postagens ofensivas. De acordo com a Lei nº 7.716/1989:

- a) A decisão judicial é nula por cerceamento de defesa, já que não houve instauração formal do inquérito.
- b) A medida é válida, desde que precedida de requerimento do Ministério Público.
- c) A retirada só poderia ser determinada após a condenação.
- d) Apenas o delegado de polícia pode solicitar a retirada de conteúdos na internet.
- e) A medida é cabível, mas apenas em processos cíveis, não criminais.

GABARITO

1. Letra C	2. Letra C	3. Letra B	4. Letra A	5. Letra B
6. Letra C	7. Letra E	8. Letra B		

QUESTÕES COMENTADAS

Lei n. 7716/89 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor

1. João, funcionário público, no exercício de sua função, injuriou um cidadão com expressões ofensivas referentes à cor da pele. Considerando a legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- a) O crime configura apenas abuso de autoridade, sendo a Lei nº 7.716/1989 inaplicável.
- b) Trata-se de injúria simples, sem qualquer agravamento legal.
- c) João responderá por injúria racial, com pena agravada por ser funcionário público no exercício da função.
- d) O fato é atípico, pois se trata de crítica infundada.



e) O crime é de menor potencial ofensivo e comporta transação penal.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O fato pode configurar também abuso de autoridade, mas não exclui a incidência da Lei do Racismo.

Letra B – Incorreta. A injúria com motivação racial está tipificada no art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989.

Letra C – Correta. A conduta se enquadra no art. 2º-A, com majoração da pena conforme o art. 20-B.

Art. 2º-A. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 20-B. A pena será aumentada de 1/3 até a metade se praticada por funcionário público no exercício de suas funções.

Letra D – Incorreta. A crítica fundada em preconceito racial é penalmente relevante.

Letra E – Incorreta. A pena de injúria racial é superior a dois anos, o que afasta a aplicação do rito dos Juizados Especiais.

Gabarito: Letra C

2. Durante um evento esportivo, um torcedor profere ofensas raciais a um jogador adversário. Com base na Lei nº 7.716/1989, assinale a alternativa correta.

a) A conduta caracteriza apenas contravenção penal.

b) O agente responderá por injúria simples.

c) A pena do crime será aumentada e haverá proibição de frequência a eventos esportivos.

d) Trata-se de caso exclusivo da Justiça Desportiva.

e) O crime é anistiável e prescritível em cinco anos.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A conduta configura crime, e não contravenção.

Letra B – Incorreta. A ofensa se baseia em preconceito racial, configurando crime mais grave.

Letra C – Correta. O art. 20-A e o § 2º-A do art. 20 preveem aumento de pena e proibição de frequência.

Art. 20, § 2º-A. Se o crime for cometido no contexto de atividades esportivas, a pena será de 2 a 5 anos e proibição de frequência por 3 anos.

Letra D – Incorreta. A Justiça Desportiva não substitui a jurisdição penal.

Letra E – Incorreta. Embora prescritível, a pena segue os prazos comuns do Código Penal.

Gabarito: Letra C



3. Segundo a Lei nº 7.116/1989, é possível a suspensão do funcionamento de estabelecimento particular condenado por crime de racismo?

- a) Sim, por até 6 meses.
- b) Sim, por até 3 meses.
- c) Não, pois a pena é sempre pecuniária.
- d) Sim, mas somente se houver reincidência.
- e) Não, pois a sanção não está prevista na Lei.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O prazo máximo é de três meses.

Letra B – Correta. Trata-se de efeito da condenação, nos termos do art. 16.

Art. 16. Constitui efeito da condenação... a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.

Letra C – Incorreta. A sanção de suspensão é expressamente prevista na lei.

Letra D – Incorreta. A reincidência não é condição obrigatória para a sanção.

Letra E – Incorreta. A Lei nº 7.116/1989 prevê a medida expressamente.

Gabarito: Letra B

4. Um agente de segurança impede que determinada pessoa utilize o elevador social de um prédio residencial em razão de sua origem étnica. A conduta se enquadra como:

- a) Impedimento de acesso às entradas sociais, tipificado como crime de racismo.
- b) Injúria racial.
- c) Preconceito de origem nacional, sem previsão na Lei nº 7.116/1989.
- d) Discriminação social, punida pela Lei nº 12.288/2010.
- e) Ato administrativo nulo, mas não configura crime.

Comentários:

Letra A – Correta. Tipificado no art. 11 da lei como crime de racismo.

Art. 11. Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos:

Pena: reclusão de um a três anos.

Letra B – Incorreta. Trata-se de discriminação institucional, não de injúria individual.

Letra C – Incorreta. O impedimento está previsto expressamente na Lei nº 7.116/1989.

Letra D – Incorreta. Embora a Lei nº 12.288/2010 trate do tema, a conduta é crime pela Lei nº 7.116/1989.

Letra E – Incorreta. O ato administrativo pode ser nulo, mas a conduta também é crime.



Gabarito: Letra A

5. Durante confraternização empresarial de fim de ano, um funcionário realiza "brincadeiras" com outro colaborador, utilizando expressões de cunho racista e estereótipos étnicos em tom de "piada", sob a justificativa de que estava apenas tentando animar o ambiente. Com base na Lei nº 7.716/1989, essa conduta:

- a) Não configura crime, pois foi praticada em contexto informal e sem intenção ofensiva.
- b) Caracteriza crime de injúria racial com pena agravada, por ter sido cometido em evento coletivo e com intuito de recreação.
- c) Não será punida se houver retratação pública do agente.
- d) Pode ser punida apenas se a vítima apresentar representação criminal.
- e) É punível apenas administrativamente, sem sanções penais específicas.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O contexto de descontração não descaracteriza o dolo do agente, sendo expressamente previsto como agravante.

Letra B – Correta. O art. 20-A da Lei nº 7.716/1989 agrava a pena quando o crime é praticado com intuito de recreação ou descontração.

Art. 20-A. Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.

Letra C – Incorreta. A retratação pública não exclui a punibilidade nos crimes de racismo, que são de ação penal pública incondicionada.

Letra D – Incorreta. A injúria racial tem natureza de racismo e prescinde de representação.

Letra E – Incorreta. A conduta é tipificada como crime, com pena privativa de liberdade.

Gabarito: Letra B

6. Em rede social, um influenciador digital publica vídeo no qual faz comentários depreciativos generalizados sobre determinada religião de matriz africana, incitando seguidores a evitarem contato com seus praticantes. À luz da Lei nº 7.716/1989, tal conduta:

- a) É protegida pela liberdade de expressão e, portanto, não configura crime.
- b) Caracteriza apenas discurso de ódio, sem tipicidade penal.
- c) Configura crime de incitação à discriminação religiosa, com pena aumentada por ter sido praticado por meio de rede social.
- d) Apenas será punida se causar dano concreto à honra subjetiva de alguém.
- e) Não há previsão legal para punição de condutas em ambientes virtuais.

Comentários:



Letra A – Incorreta. A liberdade de expressão não é absoluta, especialmente quando viola direitos fundamentais de terceiros.

Letra B – Incorreta. O discurso de ódio baseado em religião é tipificado como crime na Lei nº 7.716/1989.

Letra C – Correta. O art. 20, § 2º, prevê o aumento da pena quando o crime é praticado por meio de redes sociais.

Art. 20, § 2º. Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido por intermédio dos meios de comunicação social, de publicação em redes sociais, da rede mundial de computadores ou de publicação de qualquer natureza:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

Letra D – Incorreta. A incitação ao preconceito independe de lesão individualizada à honra.

Letra E – Incorreta. A legislação brasileira já alcança condutas praticadas em meios eletrônicos.

Gabarito: Letra C

7. Um candidato aprovado em concurso público é impedido de tomar posse sob justificativa velada de que sua origem é de país estrangeiro. Posteriormente, descobre-se que outro candidato, com pontuação inferior, foi nomeado no mesmo cargo. Diante do caso, de acordo com a Lei nº 7.716/1989:

a) A conduta é regular, pois a Administração Pública pode exercer discricionariedade em nomeações.

b) A conduta é meramente administrativa, não alcançada pelo Direito Penal.

c) Trata-se de injúria racial e não tem tipificação própria na Lei nº 7.716/1989.

d) O crime só se configura se o impedimento for formalizado por escrito.

e) A conduta configura crime de obstrução de acesso a cargo público por preconceito de procedência nacional.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A discricionariedade não autoriza práticas discriminatórias.

Letra B – Incorreta. A conduta tem previsão penal específica.

Letra C – Incorreta. A conduta é de discriminação institucional, e não de injúria.

Letra D – Incorreta. A forma da conduta não afasta sua tipicidade penal.

Letra E – Correta. O art. 3º da Lei nº 7.716/1989 prevê expressamente essa hipótese como crime.

Art. 3º. Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.
Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Gabarito: Letra E



8. Em uma ação penal em curso por discriminação racial em rede social, o juiz determina, antes mesmo do início do inquérito policial, a retirada imediata de vídeos e postagens ofensivas. De acordo com a Lei nº 7.716/1989:

- a) A decisão judicial é nula por cerceamento de defesa, já que não houve instauração formal do inquérito.
- b) A medida é válida, desde que precedida de requerimento do Ministério Público.
- c) A retirada só poderia ser determinada após a condenação.
- d) Apenas o delegado de polícia pode solicitar a retirada de conteúdos na internet.
- e) A medida é cabível, mas apenas em processos cíveis, não criminais.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A lei autoriza a medida mesmo antes da instauração do inquérito, com base em requerimento do MP.

Letra B – Correta. Conforme o art. 20, § 3º, o juiz pode determinar a retirada dos conteúdos ofensivos após ouvir o Ministério Público ou a pedido deste.

Art. 20, § 3º. O juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial:

I – o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II – a cessação das respectivas transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio.

Letra C – Incorreta. O juiz pode adotar medidas cautelares em qualquer fase do procedimento.

Letra D – Incorreta. Essa competência é judicial, e não exclusiva da polícia.

Letra E – Incorreta. A medida também é cabível na esfera penal.

Gabarito: Letra B



SIMULADO

Simulado	1
Introdução.....	1
Questões Inéditas	2
Gabarito	4
Questões Comentadas	5

INTRODUÇÃO

Olá!

Este Simulado contempla questões inéditas sobre os seguintes conteúdos:

- Lei n. 8072/1990 - Crimes Hediondos

Recomendo **resolver todas as questões** propostas e **só depois consultar** o gabarito e comentários.
Faça o simulado em um ambiente tranquilo, de modo que possa fazer de uma só vez, **sem interrupções**.

Pronto para testar seu conhecimento!?

Prof. Eduardo Alberi

Me siga no Instagram  @eduardoalberi



QUESTÕES INÉDITAS

Lei n. 8072/1990 - Crimes Hediondos

1. Em uma situação de violência urbana, um grupo armado invade um ônibus e subtrai pertences dos passageiros, mantendo-os sob ameaça com arma de fogo durante o roubo. A investigação aponta que as armas utilizadas são de uso proibido. Com base na legislação aplicável, a conduta descrita pode ser classificada como:

- a) Crime comum de roubo, com aumento de pena pelo concurso de agentes.
- b) Crime hediondo, em razão do emprego de arma de fogo, independentemente de sua origem.
- c) Crime hediondo, por se tratar de roubo com arma de fogo de uso proibido.
- d) Crime comum, por não haver morte nem lesão corporal grave.
- e) Crime hediondo apenas se a arma for de uso restrito e resultar morte da vítima.

2. Marta foi denunciada por manter uma adolescente em situação de exploração sexual em troca de benefícios financeiros, intermediando encontros e controlando os rendimentos da vítima. Diante da hipótese descrita e da legislação vigente, a conduta de Marta:

- a) Constitui crime hediondo, por configurar favorecimento à exploração sexual de adolescente.
- b) É crime de favorecimento à prostituição, punido com pena de reclusão e multa, mas não considerado hediondo.
- c) É crime comum, previsto no Código Penal, sem previsão específica na Lei dos Crimes Hediondos.
- d) Poderá ser equiparado a crime hediondo apenas se houver violência ou grave ameaça.
- e) Somente será considerado hediondo se praticado contra criança com menos de 12 anos.

3. Um servidor público foi denunciado por crime de extorsão mediante sequestro qualificado, delito praticado em concurso de pessoas. Durante o trâmite processual, a defesa pleiteou a liberdade provisória, argumentando que o réu é primário, possui bons antecedentes e residência fixa. Com base na Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que:

- a) A liberdade provisória é cabível em qualquer hipótese, desde que presentes os requisitos legais.



b) Não é cabível liberdade provisória nos crimes hediondos, salvo quando o réu for primário e tiver bons antecedentes.

c) A liberdade provisória é vedada expressamente para crimes hediondos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.

d) A vedação à liberdade provisória para crimes hediondos foi declarada inconstitucional pelo STF.

e) Os crimes hediondos não admitem liberdade provisória, mesmo que não haja violência ou grave ameaça à pessoa.

4. João, reincidente em crime hediondo, foi condenado a 8 anos de reclusão em regime fechado. Após o cumprimento de 3 anos da pena, seu advogado requereu a progressão de regime, alegando bom comportamento carcerário. Nos termos da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar:

a) A progressão de regime para reincidente em crime hediondo não é permitida.

b) A progressão de regime nos crimes hediondos é permitida, e o juízo de execução analisará caso a caso.

c) A progressão de regime será possível após o cumprimento de 2/5 da pena, independentemente da reincidência.

d) A progressão de regime exige o cumprimento de 1/6 da pena, conforme o Código Penal.

e) A reincidência não é relevante para o cálculo da fração de progressão nos crimes hediondos.

5. Em operação policial, Carlos foi preso em flagrante pelo crime de tráfico de drogas. Já respondia por roubo majorado. Em audiência de custódia, a defesa argumenta que o tráfico de drogas não é hediondo, pedindo sua liberdade provisória. Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar:

a) O tráfico de drogas é equiparado a crime hediondo, mas permite fiança.

b) O tráfico de drogas é equiparado a crime hediondo, vedando fiança, graça e indulto.

c) O tráfico de drogas não é considerado hediondo, permitindo liberdade provisória.

d) O tráfico de drogas é hediondo, mas admite liberdade provisória e fiança.

e) O tráfico de drogas é hediondo e impede progressão de regime.

6. Durante investigações sobre crimes cibernéticos, uma organização foi identificada por incentivar adolescentes, por meio de redes sociais, a praticarem automutilação e atos preparatórios de suicídio, com transmissões ao vivo. Diante do quadro normativo atual, é correto afirmar que:



- a) Trata-se de crime comum contra a vida, não abrangido pela Lei dos Crimes Hediondos.
- b) O induzimento ao suicídio é crime doloso contra a vida, mas não consta no rol de crimes hediondos.
- c) O crime é hediondo se houver morte de pelo menos uma vítima.
- d) O induzimento ou auxílio ao suicídio ou automutilação, por redes sociais ou transmissão em tempo real, é crime hediondo, conforme a Lei nº 8.072/1990.
- e) O crime será hediondo apenas se a vítima for menor de 14 anos.

7. Durante diligência da Polícia Federal em operação conjunta com autoridades internacionais, foi identificada uma organização responsável pela entrada de armas de fogo de uso proibido no território brasileiro. A investigação revelou que o grupo realizava remessas sucessivas por portos clandestinos, com o intuito de abastecer facções criminosas envolvidas com tráfico de drogas e homicídios.

À luz da legislação penal especial sobre crimes hediondos, a conduta descrita pode ser corretamente classificada como:

- a) Crime de comércio ilegal de armas de fogo, sem previsão de hediondez.
- b) Crime comum de tráfico internacional de armas, cuja pena deve ser aumentada em razão da transnacionalidade.
- c) Crime hediondo de tráfico internacional de arma de fogo, expressamente previsto como tal na Lei dos Crimes Hediondos.
- d) Crime hediondo apenas se for praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.
- e) Crime comum, equiparável a organização criminosa armada, mas não incluído no rol dos crimes hediondos.

GABARITO

1. Letra C	2. Letra A	3. Letra D	4. Letra B	5. Letra B
6. Letra D	7. Letra C			



--	--	--	--	--

QUESTÕES COMENTADAS

Lei n. 8072/1990 - Crimes Hediondos

1. Em uma situação de violência urbana, um grupo armado invade um ônibus e subtrai pertences dos passageiros, mantendo-os sob ameaça com arma de fogo durante o roubo. A investigação aponta que as armas utilizadas são de uso proibido. Com base na legislação aplicável, a conduta descrita pode ser classificada como:

- a) Crime comum de roubo, com aumento de pena pelo concurso de agentes.
- b) Crime hediondo, em razão do emprego de arma de fogo, independentemente de sua origem.
- c) Crime hediondo, por se tratar de roubo com arma de fogo de uso proibido.
- d) Crime comum, por não haver morte nem lesão corporal grave.
- e) Crime hediondo apenas se a arma for de uso restrito e resultar morte da vítima.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O uso de arma de fogo, especialmente de uso proibido, qualifica o crime como hediondo.

Letra B – Incorreta. Apenas o roubo com arma de fogo comum (art. 157, § 2º-A, I) não é, por si só, considerado hediondo, salvo nos casos do § 2º-B.

Letra C – Correta. O art. 1º, II, alínea "b", da Lei nº 8.072/1990 classifica como hediondo o roubo com uso de arma de fogo de uso proibido ou restrito.

Letra D – Incorreta. O resultado naturalístico (como lesão ou morte) não é requisito para a hediondez no caso.

Letra E – Incorreta. O resultado morte é uma hipótese autônoma de hediondez (art. 157, § 3º), mas não é exigência na hipótese de uso de arma proibida.

Gabarito: Letra C



2. Marta foi denunciada por manter uma adolescente em situação de exploração sexual em troca de benefícios financeiros, intermediando encontros e controlando os rendimentos da vítima. Diante da hipótese descrita e da legislação vigente, a conduta de Marta:

- a) Constitui crime hediondo, por configurar favorecimento à exploração sexual de adolescente.
- b) É crime de favorecimento à prostituição, punido com pena de reclusão e multa, mas não considerado hediondo.
- c) É crime comum, previsto no Código Penal, sem previsão específica na Lei dos Crimes Hediondos.
- d) Poderá ser equiparado a crime hediondo apenas se houver violência ou grave ameaça.
- e) Somente será considerado hediondo se praticado contra criança com menos de 12 anos.

Comentários:

Letra A – Correta. O art. 1º, VIII, da Lei nº 8.072/1990 prevê como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável.

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

(...)

VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º).

Letra B – Incorreta. A Lei nº 8.072/1990 reconhece como hedionda a exploração sexual de adolescente, independentemente de violência.

Letra C – Incorreta. A conduta é típica e expressamente considerada hedionda.

Letra D – Incorreta. A hediondez é legalmente prevista, ainda que sem violência física direta.

Letra E – Incorreta. A proteção se estende a qualquer menor de 18 anos ou vulnerável.

Gabarito: Letra A

3. Um servidor público foi denunciado por crime de extorsão mediante sequestro qualificado, delito praticado em concurso de pessoas. Durante o trâmite processual, a defesa pleiteou a liberdade provisória, argumentando que o réu é primário, possui bons antecedentes e residência fixa. Com base na Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que:



- a) A liberdade provisória é cabível em qualquer hipótese, desde que presentes os requisitos legais.
- b) Não é cabível liberdade provisória nos crimes hediondos, salvo quando o réu for primário e tiver bons antecedentes.
- c) A liberdade provisória é vedada expressamente para crimes hediondos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.
- d) A vedação à liberdade provisória para crimes hediondos foi declarada inconstitucional pelo STF.
- e) Os crimes hediondos não admitem liberdade provisória, mesmo que não haja violência ou grave ameaça à pessoa.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A jurisprudência do STF admite a concessão de liberdade provisória nos crimes hediondos, desde que preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP, não sendo automática.

Letra B – Incorreta. Não existe essa ressalva na lei; a avaliação é feita com base nos requisitos do art. 312 do CPP, não na primariedade ou nos antecedentes.

Letra C – Incorreta. A Lei nº 8.072/1990 deixou de prever essa vedação de forma absoluta.

Letra D – Correta. O STF, no julgamento do HC 104.339, declarou inconstitucional a vedação absoluta à liberdade provisória nos crimes hediondos.

Letra E – Incorreta. O entendimento pacífico é no sentido de que a liberdade provisória é possível nos crimes hediondos, conforme análise do caso concreto.

Gabarito: Letra D

4. João, reincidente em crime hediondo, foi condenado a 8 anos de reclusão em regime fechado. Após o cumprimento de 3 anos da pena, seu advogado requereu a progressão de regime, alegando bom comportamento carcerário. Nos termos da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar:

- a) A progressão de regime para reincidente em crime hediondo não é permitida.
- b) A progressão de regime nos crimes hediondos é permitida, e o juízo de execução analisará caso a caso.
- c) A progressão de regime será possível após o cumprimento de 2/5 da pena, independentemente da reincidência.
- d) A progressão de regime exige o cumprimento de 1/6 da pena, conforme o Código Penal.



e) A reincidência não é relevante para o cálculo da fração de progressão nos crimes hediondos.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A progressão de regime é permitida mesmo nos crimes hediondos, ainda que com critérios mais rígidos.

Letra B – Correta. Conforme **Súmula n. 26 do STF**:

Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

Letra C – Incorreta. Ver comentários da Letra B.

Letra D – Incorreta. Ver comentários da Letra B.

Letra E – Incorreta. A reincidência influencia diretamente no cálculo da fração para progressão.

Gabarito: Letra B

5. Em operação policial, Carlos foi preso em flagrante pelo crime de tráfico de drogas. Já respondia por roubo majorado. Em audiência de custódia, a defesa argumenta que o tráfico de drogas não é hediondo, pedindo sua liberdade provisória. Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar:

- a) O tráfico de drogas é equiparado a crime hediondo, mas permite fiança.
- b) O tráfico de drogas é equiparado a crime hediondo, vedando fiança, graça e indulto.
- c) O tráfico de drogas não é considerado hediondo, permitindo liberdade provisória.
- d) O tráfico de drogas é hediondo, mas admite liberdade provisória e fiança.
- e) O tráfico de drogas é hediondo e impede progressão de regime.

Comentários:

Letra A – Incorreta. Não se admite fiança no crime de tráfico de drogas.

Letra B – Correta. O tráfico é equiparado a hediondo, com vedação de fiança, graça e indulto.



Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

I - anistia, graça e indulto;

II - fiança.

Letra C – Incorreta. A Lei nº 11.343/2006 equipara o tráfico a crime hediondo.

Letra D – Incorreta. A fiança é vedada.

Letra E – Incorreta. A progressão de regime é possível, ainda que mais rígida.

Gabarito: Letra B

6. Durante investigações sobre crimes cibernéticos, uma organização foi identificada por incentivar adolescentes, por meio de redes sociais, a praticarem automutilação e atos preparatórios de suicídio, com transmissões ao vivo. Diante do quadro normativo atual, é correto afirmar que:

a) Trata-se de crime comum contra a vida, não abrangido pela Lei dos Crimes Hediondos.

b) O induzimento ao suicídio é crime doloso contra a vida, mas não consta no rol de crimes hediondos.

c) O crime é hediondo se houver morte de pelo menos uma vítima.

d) O induzimento ou auxílio ao suicídio ou automutilação, por redes sociais ou transmissão em tempo real, é crime hediondo, conforme a Lei nº 8.072/1990.

e) O crime será hediondo apenas se a vítima for menor de 14 anos.

Comentários:

Letra A – Incorreta. A Lei nº 8.072/1990, com a redação dada pela Lei nº 14.811/2024, inclui expressamente esse crime no rol dos hediondos.

Letra B – Incorreta. Embora tradicionalmente classificado como crime contra a vida, a nova redação legal trata como hediondo em situações específicas.

Letra C – Incorreta. A ocorrência do resultado morte não é exigência para a hediondez na hipótese da Lei.

Letra D – Correta. Nos termos do art. 1º, X, da Lei nº 8.072/1990, é crime hediondo o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou à automutilação realizados por meio da internet ou em tempo real.



Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

X - induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real (art. 122, caput e § 4º);

Letra E – Incorreta. A idade da vítima não é condição para a hediondez, embora agrave a pena em outros contextos.

Gabarito: Letra D

7. Durante diligência da Polícia Federal em operação conjunta com autoridades internacionais, foi identificada uma organização responsável pela entrada de armas de fogo de uso proibido no território brasileiro. A investigação revelou que o grupo realizava remessas sucessivas por portos clandestinos, com o intuito de abastecer facções criminosas envolvidas com tráfico de drogas e homicídios.

À luz da legislação penal especial sobre crimes hediondos, a conduta descrita pode ser corretamente classificada como:

- a) Crime de comércio ilegal de armas de fogo, sem previsão de hediondez.
- b) Crime comum de tráfico internacional de armas, cuja pena deve ser aumentada em razão da transnacionalidade.
- c) Crime hediondo de tráfico internacional de arma de fogo, expressamente previsto como tal na Lei dos Crimes Hediondos.
- d) Crime hediondo apenas se for praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.
- e) Crime comum, equiparável a organização criminosa armada, mas não incluído no rol dos crimes hediondos.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O comércio ilegal é considerado crime hediondo quando praticado na forma do art. 17 da Lei nº 10.826/2003, conforme previsão expressa do art. 1º, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.072/1990.

Letra B – Incorreta. Apesar da transnacionalidade agravar a situação, o tráfico internacional de armas é, por si só, classificado como crime hediondo.



Letra C – Correta. De acordo com o art. 1º, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.072/1990, o tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição (art. 18 da Lei nº 10.826/2003) é considerado crime hediondo.

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

(...)

Parágrafo único. Consideram-se também hediondos, tentados ou consumados:]

(...)

IV - o crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, previsto no art. 18 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

Letra D – Incorreta. A violência não é requisito para a hediondez do tráfico internacional de armas.

Letra E – Incorreta. Embora possa haver associação com organização criminosa, o tipo penal autônomo (tráfico internacional de armas) já é qualificado como hediondo.

Gabarito: Letra C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.